

ANEXO 20

GLOSSÁRIO

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE NOROESTE

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, salvo disposição expressa em sentido contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados e redigidos em caixa alta ou com letras iniciais maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

ACESSO	Toda interrupção não acidental da FAIXA DE DOMÍNIO e dentro de seus limites, que implica, necessariamente, a obtenção de prévia autorização da ARTESP.
ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre agente fiduciário representando os FINANCIADORES, ou diretamente pelos FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre estas partes visando à plena execução do CONTRATO, e a preservação dos interesses dos FINANCIADORES, nos termos do ANEXO 8.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios.
ANEXOS	Conjunto de documentos, parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, conforme listagem constante destes documentos.
ANTECIPAÇÃO DA COMPENSAÇÃO PARA O DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE ou ACDUF	Consiste na antecipação da compensação referente ao DUF, disciplinada no item 4.11.1.1.B do ANEXO 4.
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 914/2002, que figura no CONTRATO na condição de Interviente.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, realizada entre os dias 21, 25, 26 e 27 de outubro de 2021, em atendimento ao artigo 29 da Lei Estadual nº 10.177/1998, bem como ao artigo 39 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, para tornar público o modelo desta CONCESSÃO, esclarecer dúvidas e colher contribuições para a elaboração do EDITAL, do CONTRATO e ANEXOS.
AUTO DE INFRAÇÃO	Documento contendo indicação de ato ou fato potencialmente sujeito à aplicação de penalidades contratuais ou regulamentares decorrentes da apuração de irregularidades verificadas durante as fiscalizações realizadas no SISTEMA RODOVIÁRIO. A ARTESP deverá encaminhá-lo à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e ANEXOS, especialmente do ANEXO 11.
B3	B3 S.A - Brasil, Bolsa e Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização do certame.

BANCO DEPOSITÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, autorizada a prestar os serviços de custódia de recursos financeiros para as PARTES e para a ARTESP, nos termos do CONTRATO e ANEXOS.
BENS DA CONCESSÃO	Todo e qualquer bem afeto ou associado à prestação dos SERVIÇOS DELEGADOS, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo: i. bens caracterizados ou não como BENS REVERSÍVEIS; ii. bens repassados pelo PODER CONCEDENTE ou adquiridos ou incorporados por ação da CONCESSIONÁRIA.
BENS REVERSÍVEIS	São os bens vinculados à CONCESSÃO, conforme disciplina do ANEXO 10, que serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE ou à SUCESSORA, por ocasião do término do CONTRATO, de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços.
BLOCO DE CONTROLE	Grupo de acionistas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO que exerce poder de CONTROLE sobre a companhia.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ou entidade que venha a substituí-lo.
CADIN ESTADUAL	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, instituído pela Lei Estadual nº 12.799/2008, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 53.455/2008, no qual se registra o nome das pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA do Estado de São Paulo.
CARGAS ESPECIAIS	Cargas com dimensões acima dos limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que dependem de autorização especial de trânsito, nos termos e condições estabelecidos por este mesmo órgão.
CDPED	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo.
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e suas respectivas alterações e regulamentações.
COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS ou CSP	Coeficiente calculado através da medição dos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no ANEXO 3 para acompanhamento da qualidade dos serviços desempenhados pela CONCESSIONÁRIA.
COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO	Comissão instituída pela ARTESP com a finalidade de acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução e/ou transferência do SISTEMA RODOVIÁRIO estabelecidas no CONTRATO e no ANEXO 10.
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO ou CEL	Comissão responsável pelo recebimento, exame e julgamento de todos os documentos licitatórios, e por conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.

COMPENSAÇÃO ANUAL FINAL (CAF)	Compensação anual decorrente da apuração do valor devido anualmente em função do mecanismo do DUF, disciplinada no item 4.11.1.1.C do ANEXO 4.
COMPENSAÇÃO PARA O DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE ou CDUF	Disciplina de compensação referente ao mecanismo do DUF, nos termos do item 4.11.1 do ANEXO 4.
CONCESSÃO	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARTESP, à CONCESSIONÁRIA, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO e nos ANEXOS.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da Concorrência Internacional nº [•]/[•], relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, na forma do EDITAL DE LICITAÇÃO.
CONSELHO DIRETOR DA ARTESP	Última instância decisória da ARTESP, cuja composição e competências são definidas na Lei Complementar Estadual nº 914/2002 e no Regimento Interno da ARTESP.
CONSÓRCIO	Associação de sociedades, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO e, em sendo vencedor do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.
CONSULTA PÚBLICA	Etapa da licitação, realizada para divulgação da minuta de EDITAL, do CONTRATO e demais ANEXOS, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA	Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, com movimentação restrita, disciplinada no APÊNDICE D.
CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, segundo identificação prevista no Contrato de Administração de Contas, constante do APÊNDICE D, na qual serão depositados os valores decorrentes do DESCONTO POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DE OBRAS e da aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO.
CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO	Refere-se à uma conta bancária de livre movimentação, de titularidade da parte indicada em cada caso.
CONTA RESERVA 1	Conta corrente, com movimentação restrita, disciplinada no APÊNDICE G.
CONTA RESERVA 2	Conta corrente, com movimentação restrita, disciplinada no APÊNDICE G.
CONTAS RESERVA	Contas correntes, com movimentação restrita, disciplinadas no APÊNDICE G.

CONTRATADA ou CONCESSIONÁRIA	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, constituída pela ADJUDICATÁRIA, que firma o CONTRATO com o PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARTESP, para prestar os SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS, além da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS, segundo as leis brasileiras e nos termos do CONTRATO
CONTRATO DE CONCESSÃO ou CONTRATO	CONTRATO DE CONCESSÃO dos serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO integrante do LOTE e ACESSOS, para que a CONCESSIONÁRIA o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante a cobrança de TARIFA paga pelos USUÁRIOS.
CONTRATO TEBE	Contrato de Concessão nº CR/001/1998
CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL	Contrato de Concessão nº CR/006/1998
CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS	Significa a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao TRATAMENTO DE DADOS.
CONTROLE	Observados os termos do art. 116, da Lei Federal nº 6.404/1976, significa o direito de: <ul style="list-style-type: none"> i. deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e ii. usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar.
CORRETORA CREDENCIADA	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, devidamente autorizada a operar na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e que poderá ser contratada pela(s) LICITANTE(S), a critério destas, para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), conforme o Manual de Procedimentos da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) que constitui o ANEXO 24 do Edital.
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da respectiva Unidade de Federação.
CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	Cronograma de integralização do capital social da SPE, proporcional aos investimentos necessários, apresentado no ANEXO 13.
CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO	Cronograma contendo o detalhamento dos investimentos previstos no PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, e daqueles incluídos em sede das REVISÕES ORDINÁRIAS e EXTRAORDINÁRIAS, e que integrarão os correspondentes PLANOS DE INVESTIMENTOS.

CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO	Cronograma integrante do PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, a ser apresentado pela ADJUDICATÁRIA, como condição para a assinatura do CONTRATO, contendo o detalhamento, por meio de marcos iniciais, intermediários e finais, para cada um dos investimentos indicados, considerando os prazos iniciais e finais de conclusão das obras ali previstas, que devem ser definidos com base no EVTE, no CONTRATO e no ANEXO 7.
DADO PESSOAL	Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	Data de assinatura do CONTRATO, isto é [•]
DATA DE INÍCIO DUF	Data de início do funcionamento e aplicação da sistemática do DUF, nos termos do item 4.11.1 do ANEXO 4.
DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA	Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo do Estado de São Paulo, declarando a utilidade pública das áreas necessárias para a implantação do objeto da presente CONCESSÃO, para fins de desapropriação ou servidão administrativa. Este termo também se aplica, para os fins do CONTRATO, caso necessária emissão de Declaração de Interesse Social, nos termos das normas aplicáveis.
DER/SP	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo.
DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE ou DUF	Modalidade diferenciada de TARIFA DE PEDÁGIO aplicável aos USUÁRIOS considerados frequentes, nos termos dispostos no ANEXO 4 e APÊNDICE F.
DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE EFETIVO ou DUFE	Apuração do efetivo impacto do DUF, disciplinada no item 4.11.1.1.A do ANEXO 4.
DESCONTO POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DE OBRAS	O índice a ser aplicado no cálculo anual da RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA em virtude de atraso ou da inexecução das etapas construtivas previstas no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO e/ou CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, integrantes dos PLANOS DE INVESTIMENTOS, conforme regramento do ANEXO 3.
DIRETOR DA SESSÃO	Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA de entrega dos envelopes, abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇO, em nome da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no Envelope de Habilitação, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.
DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
DUFB	Apuração inicial do impacto do DUF, disciplinada no item 4.11.1.1.A do ANEXO 4.
EDITAL DE LICITAÇÃO ou EDITAL	O Edital de Concorrência Internacional nº [•]/[•] e todos os seus ANEXOS e APÊNDICES.

ENCARREGADO	Pessoa indicada pelo CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS e pelo OPERADOR DE DADOS PESSOAIS para atuar como canal de comunicação entre o CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS, os TITULARES DOS DADOS PESSOAIS e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
ESTRUTURA TARIFÁRIA	Consiste na estrutura de TARIFAS previstas na CONCESSÃO, disciplinada no ANEXO 4.
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato, que, comprovadamente, modifica o direito delegado por meio do CONTRATO, desencadeando o seu desequilíbrio econômico-financeiro, conforme Cláusulas Vigésima e Vigésima Primeira, e que enseja a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
EVTE	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-financeira, que apresenta os valores e anos contratuais dos investimentos que comporão o PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, e que servirá de base para a elaboração do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA e suas consequências, nos termos do CONTRATO.
FAIXA DE DOMÍNIO	Conforme definição constante do Anexo I ao CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, é a superfície lindeira às vias rurais, delimitada por lei específica e sob responsabilidade do órgão ou entidade de trânsito competente com circunscrição sobre a via.
FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
FLUXO LIVRE (FREE FLOW)	Sistemas de cobrança de TARIFA DE PEDÁGIO por meio de pórticos (sem praças do tipo barreira), que não implicam a desaceleração dos veículos, mediante cobrança de TARIFA equivalente ao Trecho de Cobertura do Pórtico, cujo valor será proporcional à distância efetivamente percorrida pelo USUÁRIO no SISTEMA RODOVIÁRIO.
GARANTIA DA PROPOSTA	Garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL.
GARANTIA ou GARANTIA DE EXECUÇÃO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO DE CONCESSÃO, a ser prestada e mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor da ARTESP e do PODER CONCEDENTE, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula Trigésima Segunda e no ANEXO 16.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil, e do artigo 243, da Lei Federal nº 6.404/1976, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, gestores ou acionistas (com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo

	compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação jurídica para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE	Significa a condenação, da CONCESSIONÁRIA ou de algum de seus diretores, administradores ou gestores, nesta qualidade, em processo administrativo de apuração de responsabilidade, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015 e/ou do Decreto Estadual nº 60.106/2014; ou o acolhimento, há mais de 30 (trinta) dias, de: <ul style="list-style-type: none"> i. denúncia criminal por prática das condutas tipificadas nos artigos 332 e 333 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e/ou artigos 90 a 95 e 97 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS; ou ii. ação civil pública proposta nos termos dos artigos 9º e 10º da Lei Federal nº 8.429/1992, em todos os casos quando acompanhadas de indícios de autoria, materialidade e de lastro probatório mínimo das condutas que deram origem a tais procedimentos e sem que o prosseguimento de tais ações tenha sido obstado por decisão judicial definitiva ou acautelatória. Somente serão considerados, para fins desta definição, procedimentos em que a parte lesada seja a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Direta ou Indireta, do Estado de São Paulo.
INDICADORES DE DESEMPENHO	Conjunto de parâmetros, medidores da qualidade dos serviços prestados que contribuirão para determinar o CSP nos termos do ANEXO 3.
ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD)	Índice composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP), aferido conforme regramento e periodicidade estabelecidos no ANEXO 3.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.
INTERFERÊNCIAS	Instalações de utilidades públicas ou privadas de infraestrutura urbana, aéreas, superficiais ou subterrâneas, que interfiram ou sofram interferência, ou possam vir a fazê-lo, de forma direta ou indireta, em razão de atividade objeto do CONTRATO desempenhada pela CONCESSIONÁRIA.
INVENTÁRIOS	Inventários dos bens, investimentos e obras do SISTEMA EXISTENTE e do SISTEMA REMANESCENTE, a serem mantidos e atualizados pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, os quais deverão ser realizados por meio de vídeo registro georreferenciado conforme termos e condições constantes do CONTRATO e do ANEXO 6.

INVENTÁRIO DO SISTEMA EXISTENTE	Inventário dos bens, investimentos e obras do SISTEMA EXISTENTE, a ser mantido e atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, e que deverá ser elaborado por meio de vídeo registro georreferenciado conforme termos e condições constantes do ANEXO 6.
INVENTÁRIO DOS SISTEMAS REMANESCENTES	Inventário dos bens, investimentos e obras dos SISTEMAS REMANESCENTES, a ser mantido e atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, e que deverá ser elaborado por meio de vídeo registro georreferenciado conforme termos e condições constantes do ANEXO 6.
INVESTIGAÇÃO INDEPENDENTE	Atividade de investigação por entidade externa à CONCESSIONÁRIA, que não seja PARTE RELACIONADA e não esteja prestando ou tenha prestado serviços à CONCESSIONÁRIA nos últimos seis meses, para que apure, com independência técnica, sem a ingerência da direção ou demais empregados, colaboradores ou prestadores de serviço da CONCESSIONÁRIA, o envolvimento da CONCESSIONÁRIA, de forma direta ou indireta, na prática dos ilícitos mencionados na Cláusula 26.14 e 26.15 do CONTRATO.
IPCA/IBGE ou IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha a substituí-lo na hipótese de sua extinção.
JUNTA TÉCNICA	Comissão composta na forma estabelecida no CONTRATO para solucionar divergências técnicas a ela submetidas durante o PRAZO DA CONCESSÃO.
LEI DAS CONCESSÕES	Lei Federal nº 8.987/1995 e respectivas alterações, bem como a sua regulamentação.
LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	Lei Federal nº 9.605/1998 e respectivas alterações, bem como a sua regulamentação.
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ou LEI 8.666/93	Lei Federal nº 8.666/1993 e respectivas alterações, bem como a sua regulamentação.
LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, LICENÇA DE INSTALAÇÃO ou LI	Licença Ambiental que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.
LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, LICENÇA DE OPERAÇÃO ou LO	Licença Ambiental que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do constante das licenças anteriores – isto é, da LICENÇA PRÉVIA e LICENÇA DE INSTALAÇÃO – com as medidas de controle ambiental e condicionantes necessárias para a operação.
LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, LICENÇA PRÉVIA ou LP	Licença Ambiental concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando a sua localização e concepção, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

LICENÇAS AMBIENTAIS	São as licenças ambientais necessárias para execução do objeto do CONTRATO que devam ser obtidas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da legislação ambiental aplicável.
LICITAÇÃO	Procedimento administrativo consubstanciado na Concorrência Internacional nº [•]/[•], para seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.
LICITANTE	Sociedades brasileiras ou estrangeiras, fundos de investimentos e/ou entidades que, isoladamente ou reunidas em consórcio, participam da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora da Concorrência Internacional nº [•] por ter apresentado a PROPOSTA DE PREÇO mais bem classificada e atendido a todas as condições do EDITAL.
LOTE	Lote composto pelos trechos rodoviários integrantes do SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme definido no ANEXO 2.
MANUAL DE PROCEDIMENTOS	Documento elaborado pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que constitui o ANEXO 24, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de GARANTIA DE PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização do certame.
MULTIPLICADOR DA TARIFA	É o multiplicador da TARIFA por categoria, conforme ANEXO 4.
NEGÓCIOS PÚBLICOS	Potenciais ativos ou fontes de geração de RECEITAS ACESSÓRIAS identificados pela ARTESP, pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de estruturas contratuais ou societárias, ou, ainda, a partir de ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação do PODER CONCEDENTE, e preveja regras claras sobre a forma de atuação e as responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento dos riscos envolvidos e o das receitas estimadas.
NORMAS OPERACIONAIS	São as normas operacionais disciplinadas no item 6.2 do ANEXO 4.
NOTIFICAÇÃO ANUAL	Notificação enviada pela ARTESP ao BANCO DEPOSITÁRIO para determinar a destinação dos montantes disponíveis nas CONTAS RESERVA DE OUTORGA, disciplinadas no APÊNDICE G.
NOTIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO	Notificação enviada pela ARTESP ao BANCO DEPOSITÁRIO para determinar a compensação referente ao mecanismo de proteção cambial, disciplinado no ANEXO 25 do CONTRATO.
NOTIFICAÇÃO DE INÍCIO DUF	Notificação enviada pela ARTESP ao BANCO DEPOSITÁRIO na DATA DE INÍCIO DUF e nas REVISÕES ORDINÁRIAS subsequentes para determinar a transferência de montante referente à OUTORGA VARIÁVEL da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA para a CONTA RESERVA 1, disciplinada no APÊNDICE G.
ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	Valor correspondente a [•]% ([•] por cento), apurado com base no regramento constante do APÊNDICE D e da Clausula Décima Primeira do CONTRATO, a ser pago à ARTESP em função das atividades de sua competência realizadas.

OPERAÇÃO COMERCIAL DAS PRAÇAS DE PEDÁGIO	Ativação das PRAÇAS DE PEDÁGIO implantadas pela CONCESSIONÁRIA ao longo do SISTEMA RODOVIÁRIO, inclusive aquelas que tenham sido transferidas à CONCESSIONÁRIA, para fins de cobrança das TARIFAS DE PEDÁGIO durante o PRAZO DA CONCESSÃO, que está condicionada ao regramento estabelecido no ANEXO 4, à implantação do PROGRAMA INTENSIVO INICIAL, descrito nos ANEXOS 5 e 6, e ao cumprimento de obrigações previstas no CONTRATO e no ANEXO 4.
OPERADORA ANTERIOR OU OPERADORAS ANTERIORES	Referência: i. a cada uma das concessionárias responsáveis, individualmente, pelo CONTRATO TEBE e CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL, quando no singular; e ii. às duas concessionárias responsáveis pelo CONTRATO TEBE e CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL, quando no plural.
OPERADOR DE DADOS PESSOAIS	Significa a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS em nome do CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS.
OUTORGA FIXA	Valor ofertado na PROPOSTA DE PREÇO apresentada pela CONCESSIONÁRIA enquanto LICITANTE na Concorrência Internacional nº [•]/[•], o qual deverá ser depositado na CONTA RESERVA 1, conforme o regramento estabelecido no CONTRATO e no EDITAL DE LICITAÇÃO.
OUTORGA FIXA MÍNIMA	Valor mínimo a ser oferecido como OUTORGA FIXA pelas LICITANTES em suas respectivas PROPOSTAS DE PREÇO no âmbito da Concorrência Internacional nº [•]/[•].
OUTORGA VARIÁVEL	Valor a ser pago ao PODER CONCEDENTE, correspondente a [•]% ([•] por cento), apurado com base no regramento constante do APÊNDICE D e da Clausula Décima Primeira do CONTRATO, a partir dos TERMOS DE TRANSFERÊNCIAS INICIAIS, a título de preço pela CONCESSÃO.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer pessoa do seu GRUPO ECONÔMICO, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, submetido à aprovação da ARTESP, dispondo sobre processo de desmobilização do SISTEMA RODOVIÁRIO ao final da CONCESSÃO, a fim de viabilizar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS e garantir a contínua e adequada prestação dos serviços.
PLANO DE GARANTIAS	Documento apresentado pela CONCESSIONÁRIA como condição para a assinatura do CONTRATO, contendo a relação de todas as garantias que deverão, obrigatoriamente, ser prestadas pela CONCESSIONÁRIA, como forma de assegurar, incondicionalmente, o cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do escopo do CONTRATO, e que será passível de revisão, conforme o regramento do CONTRATO.
PLANO DE INVESTIMENTOS	Documento elaborado em conjunto pela CONCESSIONÁRIA e ARTESP, após as REVISÕES ORDINÁRIAS e EXTRAORDINÁRIAS,

	mediante o qual serão estabelecidos os investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA nos anos subsequentes à sua elaboração. Cada PLANO DE INVESTIMENTOS deverá conter o seu respectivo CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, contemplando detalhamento do desenvolvimento para a execução de cada um dos investimentos previstos.
PLANO DE SEGUROS	Documento contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, nos termos do CONTRATO e ANEXOS, cujas apólices deverão estar válidas e vigentes durante o PRAZO DA CONCESSÃO, e dos demais seguros que a CONCESSIONÁRIA pretende, a seu critério, contratar, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.
PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS ou POI	Documento apresentado pela CONCESSIONÁRIA, como condição para a assinatura do CONTRATO, composto pelas obras e INVESTIMENTOS definidos e detalhados no ANEXO 21, o qual será revisto nas REVISÕES ORDINÁRIAS e, eventualmente, nas REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, mediante emissão de novos PLANOS DE INVESTIMENTOS. O PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS deverá conter o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, que deverá ser elaborado conforme as especificações do ANEXO 21.
PODER CONCEDENTE	O Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Logística e Transportes.
POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos deste CONTRATO.
PRAÇAS DE PEDÁGIO	Conjunto composto pela área de aproximação, cabines de cobrança, com ou sem barreiras físicas, bem como todos os demais equipamentos e sistemas aplicados na atividade de cobrança e recebimento da TARIFA DE PEDÁGIO.
PRAZO DA CONCESSÃO	O prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir dos TERMOS DE TRANSFERÊNCIAS INICIAIS, prorrogável nas hipóteses previstas no CONTRATO.
PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO INICIAL ou PAI	Conjunto de investimentos e intervenções a serem realizadas pela CONCESSIONÁRIA, necessários à adequação da malha rodoviária do SISTEMA REMANESCENTE, conforme o regramento estabelecido pelo ANEXOS 5 e 6.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE	Programa a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 26.14.
PROGRAMA INTENSIVO INICIAL ou PII	Conjunto de investimentos e intervenções iniciais a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA, conforme descritas especialmente no ANEXOS 5 e 6, cuja entrega consubstancia uma das condições para início da cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO dos USUÁRIOS do SISTEMA RODOVÁRIO, observado o regramento constante do ANEXO 4.

PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS	PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA nos termos da Cláusula 18.3.3.
PROJETO EXECUTIVO	Conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, conforme descrição detalhada apresentada no ANEXO 7 e APÊNDICE J.
PROJETO FUNCIONAL	Conjunto de elementos que, sem limitar ou afastar os demais riscos alocados à CONCESSIONÁRIA, permitem a caracterização da obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução, conforme descrição detalhada apresentada no ANEXO 7 e APÊNDICE J.
PROPOSTA DE PREÇO	Proposta na qual foi apresentado o valor da OUTORGA FIXA para exploração do objeto da CONCESSÃO, conforme regramento no EDITAL.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação necessária à comprovação de habilitação econômico-financeira para contratação com o PODER CONCEDENTE.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com o PODER CONCEDENTE.
RECEITA BRUTA	Compreende a somatória da RECEITA ACESSÓRIA bruta e RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, não descontados os tributos incidentes sobre receita.
RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA	Compreende a somatória da RECEITA TARIFÁRIA BRUTA calculada conforme disposto no ANEXO 4, aplicados o ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) e os DESCONTOS POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DE OBRAS (DA).
RECEITA TARIFÁRIA ou RECEITA TARIFÁRIA BRUTA	Compreende a somatória da TARIFA DE PEDÁGIO cobrada do USUÁRIO, calculada com base no disposto no ANEXO 4, sem a aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) e dos DESCONTOS POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DE OBRAS (DA).
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas alternativas, complementares ou acessórias, decorrentes da execução de atividades acessórias, da gestão e fiscalização de SERVIÇOS COMPLEMENTARES ou de projetos associados.
RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA	Significa a recomposição automática do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO para compensação dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO listados no ANEXO 19.
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	Atributo decorrente da apresentação e aceitação da documentação necessária à comprovação de habilitação fiscal e trabalhista para contratação com o PODER CONCEDENTE.
RELATOR INDEPENDENTE ou RELATOR	Pessoa física ou jurídica, sem vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, escolhido pela ARTESP após apresentação de lista tríplice por parte da CONCESSIONÁRIA, que não tenha recebido delas qualquer forma de remuneração nos 12 (doze) meses anteriores à realização de suas atividades no âmbito deste CONTRATO e seus ANEXOS, e que, às expensas da

	CONCESSIONÁRIA, será responsável por realizar vistorias e relatórios do SISTEMA RODOVIÁRIO, nas hipóteses previstas no CONTRATO, com o objetivo de apresentar Relatório Técnico quanto a eventuais divergências e/ou inconsistências entre as PARTES, entre si ou com a ARTESP, para subsidiar decisão da ARTESP.
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ou IQD	Relatório contendo a apuração do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO da CONCESSIONÁRIA na consecução do objeto do CONTRATO, que será preparado periodicamente pela ARTESP e entregue à CONCESSIONÁRIA nos termos do regramento estabelecido no CONTRATO e ANEXO 3.
RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO	Relatório que deverá ser produzido pela CONCESSIONÁRIA ou pelo RELATOR, nos prazos estabelecidos no ANEXO 18, quanto às condições e eventuais passivos e irregularidades para cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES.
RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAIS	Relatórios intermediários que deverão ser produzidos pela CONCESSIONÁRIA ou pelo RELATOR, nos prazos estabelecidos na Tabela 1 do ANEXO 18, quanto às condições e eventuais passivos e irregularidades de cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES e que darão origem ao RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO.
RELATÓRIO TRIMESTRAL DE APURAÇÃO DE DESEMPENHO DO CSP	Relatório contendo apuração trimestral do CSP da CONCESSIONÁRIA, que será preparado pela ARTESP e entregue à CONCESSIONÁRIA nos termos do regramento estabelecido no CONTRATO e ANEXO 3.
REPRESENTANTE CREDENCIADO	Pessoas físicas autorizadas a representar os LICITANTES em todos os documentos e atos relacionados à LICITAÇÃO
RESPONSÁVEL TÉCNICO	Pessoa física indicada para se responsabilizar pelos serviços de ampliação, operação e manutenção a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA, mediante vínculo direto ou indireto, neste caso por intermédio de terceiro contratado mediante SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA, quando possível.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, a pedido da CONCESSIONÁRIA ou por ato de ofício do PODER CONCEDENTE, mediante propositura da ARTESP, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciar o cumprimento contratual, nos termos do CONTRATO, e recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, apenas cabível nas hipóteses excepcionais previstas no CONTRATO, em que não seja possível tratar a questão em sede de REVISÃO ORDINÁRIA.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada quadrienalmente, com o escopo de adaptar os INDICADORES DE DESEMPENHO, PLANO DE INVESTIMENTOS, PLANO DE SEGUROS, PLANO DE GARANTIAS e quaisquer condições do CONTRATO às modificações que tenham sido percebidas neste período, a fim de recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na Cláusula Vigésima Quarta.
RODOVIA	Trecho integrante do LOTE.

RELATÓRIO DE RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA ANUAL ou RRAA	Significa o relatório anual a ser enviado pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP, indicando o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO relacionado a verificação de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO sujeitos a RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA, nos termos do ANEXO 19.
SALDO TARIFÁRIO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE	Saldo tarifário em favor do PODER CONCEDENTE, disciplinado no item 4.8.1 do ANEXO 4, observado o regramento constante do APÊNDICE D.
SERVIÇO ADEQUADO	É o serviço que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para sua execução, aos padrões e procedimentos estabelecidos no CONTRATO, àqueles determinados pelo PODER CONCEDENTE e pela ARTESP e nos termos da legislação e regulamentação vigentes, especialmente observando o artigo 6º da LEI DAS CONCESSÕES, de 13 de fevereiro de 1995, e artigo 17 da Lei Estadual nº 7.835, de 08 de maio de 1992.
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	Serviços considerados convenientes, mas não essenciais, destinados a manter o SERVIÇO ADEQUADO em todo o SISTEMA RODOVIÁRIO, nos termos do CONTRATO.
SERVIÇOS NÃO DELEGADOS	Aqueles de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto desta CONCESSÃO, tais como: I. Policiamento ostensivo de trânsito, preventivo e repressivo; II. Fiscalização e autuação de infrações relativas a: a. Veículo; b. Documentação; c. Motorista; d. Regras de circulação, estacionamento e parada; e. Excesso de peso. III. Emissão de outorgas, nos termos da lei, referentes a: a. Serviços de transporte coletivo de caráter rodoviário, internacional, interestadual e intermunicipal; b. Serviços de transporte coletivo de caráter urbano, intermunicipal, suburbano, metropolitano ou municipal; c. Serviço de transporte de trabalhadores rurais ou de pessoas em veículos de carga; d. Realização de eventos na rodovia; e. Serviços de transporte de cargas excepcionais e de cargas perigosas.
SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS ou SERVIÇOS DELEGADOS	Serviços a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA compreendendo aqueles correspondentes às funções operacionais de exploração, gestão, ampliação, operação e conservação.
SESSÃO PÚBLICA	Sessão pública presencial para recebimento dos envelopes e prática dos demais atos pertinentes à LICITAÇÃO.

SISTEMA EXISTENTE	Todos os trechos de rodovias indicados no ANEXO 2 e representados graficamente nas figuras constantes do APÊNDICE A.1, incluindo todos os seus elementos integrantes da FAIXA DE DOMÍNIO, além de ACESSOS e alças, edificações, terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais, eventuais novas obras e investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à CONCESSÃO, cujos segmentos rodoviários serão transferidos à CONCESSIONÁRIA, nos termos do TERMO DE TRANSFERÊNCIA SISTEMA EXISTENTE
SISTEMAS REMANESCENTES	O SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL e o SISTEMA REMANESCENTE TEBE, em conjunto, atendido o disposto no CONTRATO.
SISTEMA REMANESCENTE TEBE	A malha rodoviária integrante do escopo do CONTRATO TEBE e os demais segmentos rodoviários e rodovias de ACESSO indicados no ANEXO 2 E APÊNDICE A.1, e que passarão a integrar o SISTEMA RODOVIÁRIO obrigatoriamente após a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, nos termos do CONTRATO.
SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL	A malha rodoviária integrante do escopo do CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL e os demais segmentos rodoviários e rodovias de ACESSO indicados no ANEXO 2 E APÊNDICE A.1, e que passarão a integrar o SISTEMA RODOVIÁRIO obrigatoriamente após a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL.
SISTEMA RODOVIÁRIO	A malha rodoviária concedida à CONCESSIONÁRIA, composta pelo SISTEMA EXISTENTE e pelos SISTEMAS REMANESCENTES, conforme descrito no ANEXO 2, incluindo todos os seus elementos integrantes da FAIXA DE DOMÍNIO, além de ACESSOS e alças, edificações, terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais, eventuais novas obras e investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à CONCESSÃO.
SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Solicitação feita pela CONCESSIONÁRIA, sujeita, exceto nos casos previstos no ACORDO TRIPARTITE, caso este seja assinado, à prévia anuência pela ARTESP, para a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE da SPE.
SPAS	As rodovias de acesso, destacadas no ANEXO 2.
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO ou SPE	Sociedade anônima, constituída na conformidade da lei brasileira, com a finalidade específica de prestar os serviços públicos objeto da presente CONCESSÃO.
SUBCONTRATADO	Terceiro contratado à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de serviços afetos à CONCESSÃO.
SUCESSORA	Concessionária, vencedora de processo licitatório já finalizado, que tenha por objeto, integral ou parcial, o SISTEMA RODOVIÁRIO compreendido pelo LOTE, ou órgão ou entidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, que suceda a CONTRATADA.

TARIFA DE PEDÁGIO ou TARIFA	Tarifa cobrada pela CONCESSIONÁRIA dos USUÁRIOS, nos termos do CONTRATO e especialmente do ANEXO 4, bem como em atendimento à regulação exercida pela ARTESP.
TARIFA QUILOMÉTRICA	Tarifa correspondente ao valor cobrado dos veículos de rodagem simples e dois eixos, na base quilométrica para pista dupla e pista simples, no Sistema de Cobrança Manual e Automática, regradada de acordo com o ANEXO 4.
TERMO DE FISCALIZAÇÃO	Documento contendo registro das eventuais ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas no SISTEMA RODOVIÁRIO, que a ARTESP deverá encaminhar à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	Termo de Recebimento Definitivo do SISTEMA RODOVIÁRIO, disciplinado no ANEXO 10 e no CONTRATO.
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	Termo de Recebimento Provisório do SISTEMA RODOVIÁRIO, disciplinado no ANEXO 10 e no CONTRATO.
TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE	Documento assinado pelas PARTES que, nos termos do CONTRATO, formaliza a transição da malha rodoviária correspondente ao escopo do CONTRATO TEBE e os demais segmentos rodoviários e rodovias de acesso indicados no ANEXO 18, permitindo o início da operação de tal trecho pela CONCESSIONÁRIA e a cobrança das PRAÇAS DE PEDÁGIO correspondentes, desde que cumpridas as condições previstas no CONTRATO.
TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL	Documento assinado pelas PARTES que formaliza a transição da malha rodoviária correspondente ao escopo do CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL e os demais segmentos rodoviários e rodovias de acesso indicados no ANEXO 18, permitindo o início da operação de tal trecho pela CONCESSIONÁRIA e a cobrança das PRAÇAS DE PEDÁGIO correspondentes, desde que cumpridas as condições previstas no CONTRATO.
TERMO DE TRANSFERÊNCIA SISTEMA EXISTENTE	Documento assinado pela CONCESSIONÁRIA e pela ARTESP por meio do qual se disciplina a transferência, pelo PODER CONCEDENTE e por intermédio da ARTESP, da posse direta e controle do SISTEMA EXISTENTE, dando início à contagem do PRAZO DA CONCESSÃO.
TERMOS DE TRANSFERÊNCIAS INICIAIS	TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA EXISTE e TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL.
TITULAR DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento, nos termos do Art. 5º, V da Lei Federal nº 13.709/2018 e nos termos deste CONTRATO.
TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO	Consiste na transferência da CONCESSÃO a terceiros, mediante anuência prévia do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.

TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ou TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO	Qualquer modificação de composição societária que implique modificação do CONTROLE, direto ou indireto, da CONCESSIONÁRIA, observada o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976.
TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE INICIAL	Ato de transferência do SISTEMA EXISTENTE e do SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL para a CONCESSIONÁRIA, o que se dará nos termos do TERMO DE TRANSFERÊNCIA SISTEMA EXISTENTE e TERMO DE TRANSFERÊNCIA SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL, respectivamente.
TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE DOS SISTEMAS REMANESCENTES	Ato de transferência de cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES para a CONCESSIONÁRIA, o que se dará nos termos do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE DO SISTEMA TRIÂNGULO DO SOL e do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE DO SISTEMA TEBE.
TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO	A transferência direta, do todo ou em parte, do SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme objeto de futuro processo licitatório finalizado, da CONCESSIONÁRIA para a SUCESSORA, ou decorrente de procedimento de transferência da CONCESSÃO.
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS ou TRATAMENTO	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
TRIBUNAL ARBITRAL	Tribunal arbitral para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem, nos termos da Cláusula Quinquagésima Terceira do Contrato.
USUÁRIOS	Toda pessoa física ou jurídica que utilize os SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor estimado do somatório dos INVESTIMENTOS previstos no EVTE, incluindo a OUTORGA FIXA MÍNIMA, conforme Cláusula 7.1 do Contrato.

LISTA DE ABREVIATURAS:

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, salvo disposição expressa em contrário, as abreviaturas listadas abaixo deverão ser compreendidas de acordo com os seguintes conceitos, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
i.	AAP	Avanço Acumulado Previsto
ii.	AASHTO	<i>American Association of State Highway and Transportation Officials</i>
iii.	ADA	Avaliação de Desempenho Ambiental
iv.	AIIP	Auto de Infração para Imposição de Penalidade
v.	AP	Atrasos Parciais
vi.	As Built	Documentação de todas as obras realizadas pela Concessionária
vii.	AVI	Equipamentos de Arrecadação Eletrônica
viii.	BIM	<i>Building Information Modeling</i>
ix.	CCI	Centro de Controle de Informações
x.	CCO	Centro de Controle Operacional
xi.	Certificado de Qualidade	Certificação de atendimento às normas técnicas aplicáveis
xii.	Certificadora	Pessoa jurídica responsável pela atestação de obras ou projetos.
xiii.	CFTV	Circuito Fechado de Televisão
xiv.	CSP	Coeficiente de Desempenho de Serviços Prestados
xv.	DA	Desconto por Atraso
xvi.	DER	Departamento de Estradas de Rodagem
xvii.	DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
xviii.	DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
xix.	DTM	Modelo Digital de Terreno
xx.	DWG	Extensão de arquivo de desenho
xxi.	EPC	Equipamento de Proteção Coletiva*
xxii.	EPI	Equipamento de Proteção Individual*
xxiii.	Etapa Construtiva	Etapa de implementação de cada obra de responsabilidade pela Concessionária-
xxiv.	EVTE	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-financeira

	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
xxv.	GAID	Guia de Alteração do Índice de Documentos
xxvi.	GC	Gestoras de Crédito
xxvii.	GN	<i>Grip Number</i>
xxviii.	GRID	Guia de Remessa de Índice de Documentos
xxix.	HS	Altura de areia
xxx.	HS-WIM	<i>High Speed Weigh-in-Motion</i>
xxxi.	ICP	Índice de Condição do Pavimento
xxxii.	IFC	<i>Industry Foudation Classes</i>
xxxiii.	IFI	<i>International Friction Index</i>
xxxiv.	IGG	Índice de Gravidade Global
xxxv.	IGH	Índice de Geometria Horizontal
xxxvi.	IGV	Índice de Geometria Vertical
xxxvii.	Índices	Medição de atividades desenvolvidas pela Concessionária e que compõem Indicadores de Desempenho
xxxviii.	IQD	Índice de Qualidade e Desempenho
xxxix.	ISA	Índice Semestral de Avanço
xl.	ITS	<i>Intelligent Transportation System</i>
xli.	IVA	Análise Inteligente de Vídeo
xlii.	LI	Licença de Instalação
xliii.	Lista de Etapas Construtivas	Relação contendo as Etapas Construtivas de responsabilidade da Concessionária
xliv.	LO	Licença de Operação
xlv.	LOD	<i>Level of Development</i>
xlvi.	LP	Licença Prévia
xlvii.	MDSR	Modelo Digital Integrado do Sistema Rodoviário
xlviii.	MIP	Monitoramento de Informações de Pedágio
xlix.	MITS	Módulo ITS
I.	OACs	Obras de Arte Corrente
II.	OAES	Obras de arte Especiais
lii.	OCR	Reconhecimento Óptico de Caracteres
liii.	OSAs	Operadoras do Serviços de Arrecadação
liv.	PAE	Plano de Ação de Emergência
Iv.	PD-BIM	Plano de Implementação e Desenvolvimento de Projetos em Modelagem BIM

	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
Ivi.	PGF	Posto Geral de Fiscalização
Ivii.	PMRv	Polícia Militar Rodoviária
Iviii.	PMV	Painéis de Mensagens Variáveis
lix.	PRA	Programa de Redução de Acidentes
Ix.	Q.I.	Quoeficiente de Irregularidade
Ixi.	SAT	Sensoriamento Automático de Tráfego
Ixii.	SAU	Serviço de Atendimento aos Usuários
Ixiii.	SGA	Sistema de Gestão Ambiental
Ixiv.	SGP	Sistema de Gestão Ambiental
Ixv.	SICRO	Sistema de Custos Referenciais de Obras
Ixvi.	SIGECON	Sistema Integrado de Gerenciamento Digital de Funções de Conservação
Ixvii.	SIR	Sistema Digital Integrado de Cadastro do Inventário Rodoviário
Ixviii.	SISATIVOS	Sistema de Acompanhamento de Ativos*
Ixix.	SISDEMANDA	Sistema Digital Integrado e Gerenciamento de Demandas da Sociedade
Ixx.	SISOAES	Sistema Eletrônico de Gerenciamento de OAEs e Passarelas
Ixxi.	SISPESMOV	Sistema de Pesagem em Movimento
Ixxii.	SISPROJ	Sistema Digital Integrado de Gerenciamento Digital de Projetos
Ixxiii.	SISQUALI	Sistema Digital Integrado de Gerenciamento do Controle Tecnológico e da Qualidade das Obras
Ixxiv.	Tema	Grupo de Indicadores de Desempenho
Ixxv.	TPU-DER	Tabela de Preços Unitários do DER/SP
Ixxvi.	URCI	<i>Unsurfaced Road Condition Index</i>
Ixxvii.	VDM	Volume Diário Médio
Ixxviii.	VRD	Valor de Resistência a Derrapagem